



ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
- PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/____
- ÓRGÃO GERENCIADOR: 929317 – Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ

1 – PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU/RJ**, sediada na Praça Feliciano Sodré, 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, CEP 28.860-000, inscrita no CNPJ sob o nº 30.407.084/0001-43, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesa (*nome*), considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº/202..., processo administrativo n.º, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 3.393, de 08 de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

2 – DO OBJETO

2.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Empresa para o fornecimento de **04 (QUATRO) VEÍCULOS 0KM** da marca FIAT (**em conformidade com a padronização prevista na Resolução nº 011/2022**), para atender aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, conforme condições, quantidades, e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a Proposta cujo preços tenham sido registrados.



3 – DO FORNECEDOR, ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CONTATO:

REPRESENTANTE LEGAL:

ITEM DO TR	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANT.	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO	PREÇO TOTAL REGISTRADO
01	VEÍCULO DE PASSEIO, MARCA FIAT, NOVO/ZERO KM (2025/2026), TIPO HATCH, CONTENDO NO MÍNIMO: MOTOR 1.0 FLEX DE 3 CILINDROS; CAPACIDADE PARA 5 OCUPANTES, 5 PORTAS (4 LATERAIS + 1 TRASEIRA), NA COR BRANCA, CÂMBIO MANUAL COM 5 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ, POTÊNCIA MÁXIMA 71 CV (G) E 75 (E); COMBUSTÍVEL: FLEX; ALTURA DO SOLO (MM): 164; CAPACIDADE DO PORTA-MALAS (LITROS): 300; ENTRE-EIXOS (MM): 2.521; TANQUE DE COMBUSTÍVEL (LITROS): 47; ITENS DE SÉRIE: PROTETOR DE CARTER; ALARME ANTIFURTO; AR CONDICIONADO COM FILTRO ANTIPÓLEN; BRAKE-LIGHT; CHAVE CANIVETE; CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA E PRÉ-TENSIONADORES; CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS (LATERAIS E CENTRAL) RETRÁTEIS DE 3 PONTOS; COMPUTADOR DE BORDO (DISTÂNCIA, CONSUMO MÉDIO, CONSUMO INSTANTÂNEO, AUTONOMIA, VELOCIDADE MÉDIA E TEMPO DE PERCURSO); CONTROLE DE ESTABILIDADE; CENTRAL MULTIMÍDIA; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO TEMPORIZADO; DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA; ENCOSTOS DE CABEÇA TRASEIROS (LATERAIS E CENTRAL); GANCHO UNIVERSAL PARA FIXAÇÃO CADEIRA CRIANÇA (ISOFIX); SISTEMA DE PARTIDA A FRIO SEM TANQUE AUXILIAR DE GASOLINA; SISTEMA ATIVO FREIO COM CONTROLE ELETRÔNICO QUE AUXILIA NAS ARRANCADAS DO VEÍCULO EM SUBIDA; AIRBAG DUPLO (MOTORISTA E PASSAGEIRO) E ABS COM EBD; LIMPADOR E LAVADOR DOS VIDROS DIANTEIRO E TRASEIRO COM INTERMITÊNCIA; LUZ DIURNA DE SEGURANÇA; RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO MANUAL; RODAS DE AÇO ESTAMPADO 6.0 X 15" COM CALOTAS INTEGRAIS PNEUS 185/60 R15; CONTROLE DE TRAÇÃO ; TOMADA 12V; CENTRAL MULTIMÍDIA; TRAVAS ELÉTRICAS; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS COM ONE TOUCH E SENSOR ANTIESMAGAMENTO; VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA; GARANTIA DE	UNID	04	----	----	----



36 MESES. OUTROS: MANUAL DO PROPRIETÁRIO E CHAVE RESERVA INCLUSOS.					
--	--	--	--	--	--

3.1 – A relação dos Fornecedores que optaram a inclusão no Cadastro de Reserva no presente registro de preços consta como anexo a esta Ata, na ordem de classificação.

4 – ÓRGÃO GERENCIADOR

4.1 – O Órgão Gerenciador será a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, inscrita no **CNPJ sob o nº 30.407.084/0001-43**.

4.2- Além do Gerenciador não há Órgãos e Entidades Públicas **PARTICIPANTES** do presente Registro de Preços.

5 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - Durante a vigência da Ata, os Órgãos e as Entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de **NÃO PARTICIPANTES**, observados os seguintes requisitos:

5.1.1 - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2 - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3 - Consulta e aceitação prévias da CÂMARA e do Fornecedor.

5.2 - A autorização da CÂMARA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo Fornecedor.

5.2.1 – A CÂMARA na condição de Gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3 - Após a autorização da CÂMARA, o Órgão ou Entidade **NÃO PARTICIPANTE** deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

5.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do Órgão ou da Entidade **NÃO PARTICIPANTE** e aceita pela CÂMARA, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.5 - O Órgão ou a Entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de **NÃO PARTICIPANTE**, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1.

5.6 - A faculdade de aderir à Ata de Registro de Preços na condição de **NÃO PARTICIPANTE** poderá ser exercida:



5.6.1 - por Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal, relativamente a Ata de Registro de Preços de Órgão ou Entidade Gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

5.6.2 - por Órgãos e Entidades da Administração Pública municipal, relativamente a Ata de Registro de Preços de Órgão ou Entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

5.7 - Compete ao Órgão ou Entidade NÃO PARTICIPANTE os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações.

5.8 - Dos limites para as adesões:

5.8.1 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por Órgão ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para a CÂMARA.

5.8.2 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para a CÂMARA, independentemente do número de Órgãos ou Entidades NÃO PARTICIPANTES que aderirem à Ata de Registro de Preços.

6 – DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

6.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

7 – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º(primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do Fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.1.1 - A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela CÂMARA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1 - O instrumento contratual de que trata o item 7.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

7.3 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4 - Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

7.4.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

7.4.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

7.4.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

7.4.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

7.4.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

7.5 - O registro a que se refere o item 7.4.2 tem por objetivo a formação de Cadastro de Reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

7.6 - fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.7 - A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva a que se refere o item 7.4.2.1 e 7.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.7.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

7.7.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

7.8 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.9 - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela CÂMARA.

7.10 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

7.11 - Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital, e observado o disposto no item 7.7 e subitens, fica facultado à CÂMARA convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.12 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a CÂMARA, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



7.12.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.12.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.13 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a CÂMARA a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8 – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 - Os preços registrados poderão ser revistos e alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na reserva alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados ou.

8.1.3 - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

8.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9 – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CÂMARA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, a CÂMARA convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

9.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, a CÂMARA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



9.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o Gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela CÂMARA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 11.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a CÂMARA convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceita manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.7.

9.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, a CÂMARA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 11.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2 e no item 9.2.1, a CÂMARA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6 – A CÂMARA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avalie a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.7 - Os novos valores a serem registrados, decorrentes da negociação prevista no item 9 e seus subitens, bem como na hipótese prevista no inciso I do art. 41 do Decreto Municipal nº 3393/24, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

10 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 - O registro do fornecedor será cancelado pela CÂMARA, quando o fornecedor:

10.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado.

10.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CÂMARA sem justificativa razoável.

10.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º, do artigo 43, do Decreto nº 3.393/24.



10.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.5 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

10.1.5.1 - Na hipótese prevista no item 10.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a CÂMARA, desde que não seja a responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantindo o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho da CÂMARA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a CÂMARA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 - Por razão de interesse público;

10.4.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata; ou

10.4.3 - Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

10.4.4 - Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 4º do art. 42 e no § 4º do art. 43 do Decreto Municipal nº 3.393/24.

11 – DAS PENALIDADES

11.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2 - É da competência do Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 10, inc. XIX, do Decreto Municipal nº 3.393/24).

12 – CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da CÂMARA e do FORNECEDOR REGISTRADO, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

12.2 - Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Casimiro de Abreu, ____ de ____ de 20__.

Representante Legal do Órgão Gerenciador

Representante Legal do Fornecedor Registrado



ANEXO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
- PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/____
- ÓRGÃO GERENCIADOR: 929317 – Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ

CADASTRO RESERVA

1 – SEGUINDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO NO SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL, SEGUE RELAÇÃO DE FORNECEDORES QUE ACEITARAM COTAR OS ITENS COM PREÇOS IGUAIS AO ADJUDICATÁRIO:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CONTATO:

REPRESENTANTE LEGAL:

ITEM DO TR	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANT.	MARCA/MODELO	ANO	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO IGUAL DO ADJUDICATÁRIO	PREÇO TOTAL PROPOSTO IGUAL DO ADJUDICATÁRIO
01	VEÍCULO DE PASSEIO, MARCA FIAT, NOVO/ZERO KM (2025/2026), TIPO HATCH, CONTENDO NO MÍNIMO: MOTOR 1.0 FLEX DE 3 CILINDROS. (ESPECIFICAÇÃO COMPLETA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE REFERÊNCIA).	UNID	04	----	----	----	----



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

2 – SEGUINDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO NO SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL, SEGUE RELAÇÃO DE FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUA PROPOSTA ORIGINAL.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CONTATO:

REPRESENTANTE LEGAL:

ITEM DO TR	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNID	QUANT.	MARCA/MODELO	ANO	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO	PREÇO TOTAL PROPOSTO
01	VEÍCULO DE PASSEIO, MARCA FIAT, NOVO/ZERO KM (2025/2026), TIPO HATCH, CONTENDO <u>NO MÍNIMO</u> : MOTOR 1.0 FLEX DE 3 CILINDROS. (ESPECIFICAÇÃO COMPLETA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE REFERÊNCIA).	UNID	04	----	----	----	----